

Notas sobre economia indígena e mercado no Brasil

Beto Ricardo
Instituto Socioambiental

Apresentação

Há 30 anos atrás, um estudo como esse poderia soar como diletantismo no Brasil. Naquela altura pairava um enorme pessimismo a respeito do futuro das sociedades indígenas no país. Nas áreas de colonização mais antigas, os índios já estavam “pacificados”, reduzidos demograficamente e confinados em micro territórios, não representando nem ameaça, nem interesse para o sistema político-econômico nacional. A curva demográfica global dos índios continuava decrescente e mais de 80 povos haviam desaparecido do mapa nos primeiros cinqüenta anos do século XX.

Vislumbrava-se o mesmo destino sombrio para os povos indígenas “remanescentes” da grande região amazônica brasileira, especialmente quando o governo militar anunciou em 1970 o Plano de Integração Nacional, com a construção de estradas e outras grandes obras de infra-estrutura, seguidas de incentivos fiscais para empreendimentos privados. Porém, o que se seguiu ao processo real de ocupação econômica acelerada e predatória de parte da Amazônia brasileira, com fortes impactos sobre os povos indígenas, foi uma verdadeira reversão histórica das expectativas, abrindo espaço para que os índios tivessem seus direitos reconhecidos e ingressassem como atores nas agendas positivas para o futuro do país.

No tempo das lutas pelo reconhecimento de direitos básicos e permanentes (1970/1988), emergiram na cena pública lideranças indígenas carismáticas, muitas vezes impulsionadas por uma “geração de projetos” economicamente fracassados e protegidas por uma coalizão de outros setores organizados da sociedade civil. Direitos conquistados e terras demarcadas, questões relativas ao controle territorial e sustentabilidade tomaram conta da agenda das novas organizações e lideranças indígenas e fizeram crescer o mercado de projetos, com oportunidades desigualmente distribuídas de acordo com o padrão de territorialidade, de organização e de parcerias com novos atores. Mas a conta está longe de se fechar! É preciso repensar os termos da nova equação que os povos indígenas têm que enfrentar.

1. Mudança de paradigma em 30 anos

Nos últimos 30 anos, os “índios” no Brasil deixaram de ser uma categoria social “em extinção”, meras “vítimas” dos impactos inevitáveis do desenvolvimento para alcançar a condição de importantes parceiros potenciais do chamado “desenvolvimento sustentável”. Ocorreu uma profunda mudança no paradigma sobre o futuro das sociedades nativas contemporâneas, devido a um processo singular de articulação das demandas indígenas com outros segmentos organizados e emergentes da sociedade civil brasileira, que teve início nos movimentos de resistência democrática à ditadura militar nos anos 1970, com apoio internacional, e se prolongou, metamorfoseando-se, aos dias de hoje¹. A história revelou

¹ Este processo está bem documentado na série POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, publicada desde 1980 pelo CEDI e, a partir de 1996, pelo ISA.

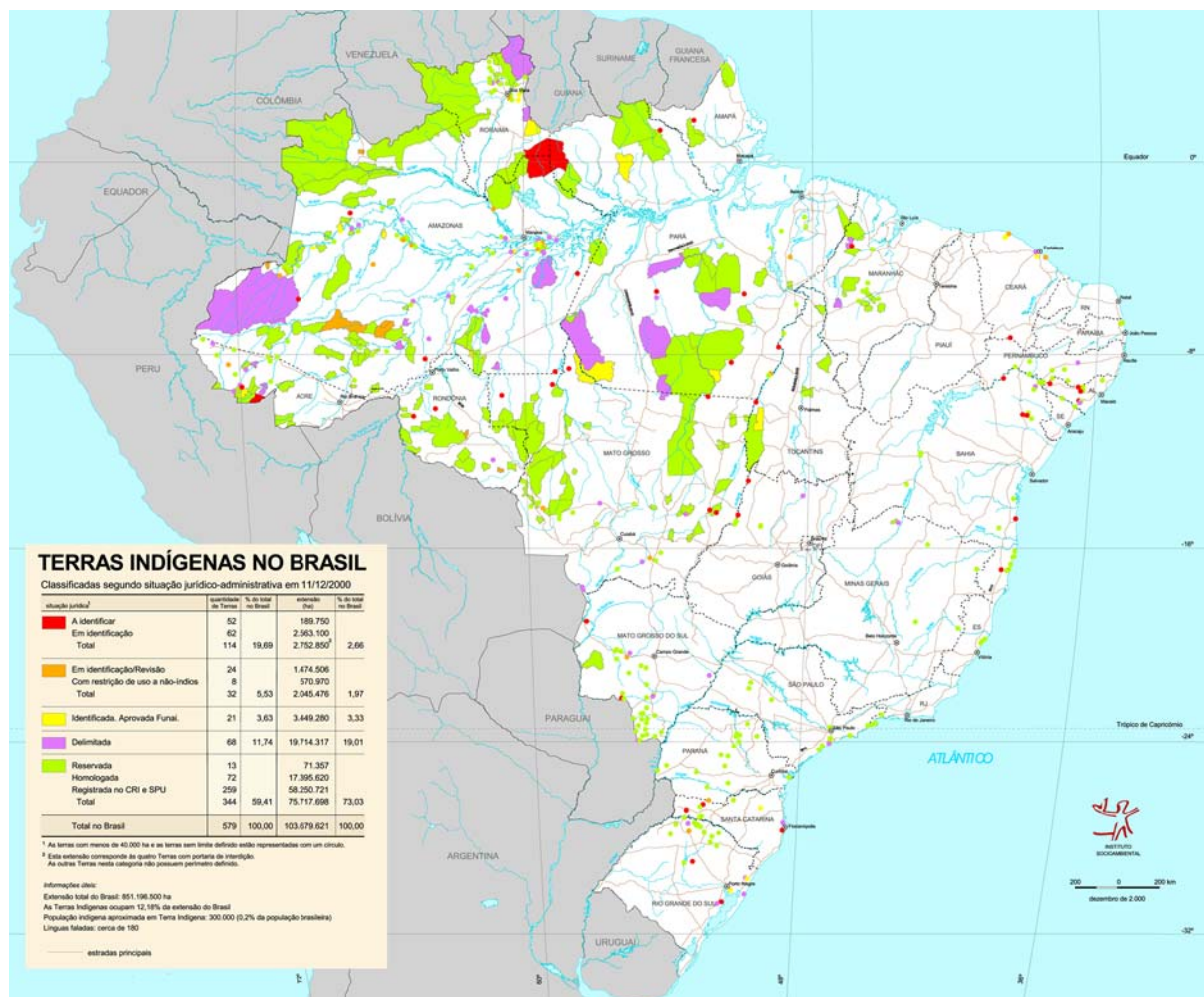
surpresas. Um certo protagonismo indígena associado aos movimentos de redemocratização que romperam o ciclo da ditadura militar, resultaram pouco a pouco num paradigma otimista sobre o futuro dos índios, expresso num novo patamar de direitos formalmente reconhecidos na Constituição Federal de 1988. Seguiu-se um aumento significativo do ritmo de reconhecimento de direitos territoriais pelo governo federal, com a demarcação de terras indígenas extensas e contínuas, sobretudo na Amazônia.

2. Terras indígenas e alternativas de desenvolvimento: oportunidades desigualmente distribuídas

Quando se fala em alternativas e oportunidades econômicas para povos indígenas hoje no Brasil há que se distinguir duas situações basicamente diferentes, decorrentes do padrão de territorialidade: povos que desfrutam de territórios extensos e contínuos, nos quais podem reproduzir formas tradicionais e neo-tradicionais de ocupação; e povos que vivem em situação de confinamento e/ou descontinuidade territorial, o que os obriga a exploração intensiva dos recursos naturais e a venda da força de trabalho. Esta última situação é mais freqüente nas regiões nordeste, leste e sul do país, nas quais primeiro se instalaram os colonizadores e onde hoje vive a imensa maioria dos brasileiros. Aí os índios estão confinados em terras bastante reduzidas e fragmentadas (40% da população indígena do país, com 2% da extensão das terras indígenas reconhecidas).

Nas regiões centro-oeste e norte (Amazônia Legal), a situação é bastante diferente neste aspecto (60% da população, com 98% da extensão das terras). Aí estão localizadas a quase totalidade das terras indígenas extensas e contínuas.

Vejamos esse contraste no mapa e nos quadros a seguir. As diferenças de cores dos polígonos que aparecem plotados na região centro-norte (“amazônica”) do Brasil distinguem diferentes graus de reconhecimento oficial. Nas demais regiões, nessa escala de cartograma, as terras indígenas são representadas apenas por pontos.



BRASIL ■ extensão: 851.196.500 ha = 8.511.965 km²

Terras e Povos Indígenas (situação em março de 2002)

- Número de Terras Indígenas: 587 ■ Extensão das Terras Indígenas: 105.091.977 ha (1 milhão e 050 mil km²) ■ As Terras Indígenas ocupam 12,34% da extensão do Brasil.
- População indígena aproximada em Terras Indígenas é de 305 mil - a população total é de aproximadamente 360.000. Representam 0,2% da população brasileira
- Línguas faladas: cerca de 180

CÔMPUTO DA SITUAÇÃO DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL

Situação Jurídica	Nº	% do nº de Terras	Extensão ha	% da extensão das Terras
A Identificar (1 interdita)	52		189.750	
Em Identificação (3 interditas)	64		2.563.100	
Em Identificação/Revisão	16		380.552	

Com Restrição de uso a não-índios	5		225.704	
Total	137	23,34	3.359.106	3,20*
Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a constestações	21	3,58	2.256.798	2,15
Declaradas	68	11,58%	14.273.080	13,58%
Reservadas	13		71.357	
Homologadas	91		26.882.451	
Registradas no CRI e ou SPU	257		58.249.185	
Total	361	61,50%	85.202.993	81,07%
Total no Brasil	587		105.091.977.	100,00%

* A porcentagem das terras a identificar e em identificação traz uma distorção em si, porque a superfície dessas terras ainda não está definida ou publicada.

AMAZÔNIA LEGAL ▪ extensão 500.631.680 ha (5 milhões de km²) ▪ População total: cerca de 17.930.000 (IBGE, 1996)

▪ Número das Terras Indígenas: 379 ▪ Extensão das Terras Indígenas: 103.770.322 ha (1 milhão e 37 mil km²) ▪ As Terras Indígenas ocupam 20,72% da extensão da Amazônia Legal; 98,99% da extensão das terras indígenas do país estão concentradas na Amazônia Legal, sendo que os 1,01% restantes espalham-se ao longo das regiões nordeste, sudeste, sul e Mato Grosso do Sul.

▪ 170 povos ▪ População indígena aproximada: 180.000 em Terras Indígenas, com estimativas de 250 no total - representam 1,% da população amazônica. ▪ Há indícios de aproximadamente 46 grupos indígenas ainda não contatados, a Funai já confirmou a existência de 16 desses grupos.

CÔMPUTO DAS TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL

Situação Jurídica	Nº	% do nº de Terras	Extensão Há	% da extensão das terras
A Identificar (1 interdita)	25		189.750	
Em Identificação (3 interditas)	38		2.563.100	
Em Identificação/Revisão	11		355.454	
Com Restrição de uso a não-índios	3		223.484	
Total	77	20,52%	3.331.788	3,21% *

Identificadas/aprovadas/Funai. Sujeitas a contestações	11	2,89%	2.181.453	2,10%
Declaradas	52	13,68%	14.172.339	13,66%
Demarcadas pelo Incra	2		58	
Homologadas	58		26.744.593	
Registradas no CRI e ou SPU	179		57.340.091	
Total	239	62,89	84.084.742	81,03%
Total da AM	379	100,00%	103.770.322	100,00%

* Extensão em definição
fonte: ISA, 18/03/2002

Há exceções em ambas macro-regiões, ou seja, casos discrepantes no centro-sul como, por exemplo, o dos Kadiweu que contam com expressivos 400 mil ha numa região em que as demais etnias (Guarani, Terena) ficaram confinadas em microterritórios fragmentados; na Amazônia, há casos de confinamento e fragmentação, como o dos Mura e parte dos Ticuna, ou contingentes indígenas em cidades, a despeito dos seus povos terem obtido reconhecimento dos seus direitos territoriais de forma adequada.

Essa diferença básica de padrão de territorialidade, associada ao jogo de interesses de diferentes atores da chamada “sociedade envolvente”, propicia um elenco bastante diferenciado de riscos e oportunidades econômicas para os povos indígenas no Brasil dos últimos anos. O que importa reconstruir para alguns povos, para outros importa formular. Povos em situação de confinamento em territórios reduzidos e/ou espaços fechados à circulação tradicional, têm baixa interface com estratégias ambientalistas, por exemplo, e contam com um perfil potencial de obstáculos e oportunidades econômicas radicalmente diferentes daqueles que se apresentam povos que vivem em terras extensas, com baixa demografia e recursos naturais preservados. Além do mais, seria importante considerar as populações indígenas que vivem em cidades, sobre as quais sabe-se quase nada, especialmente com respeito às relações que mantêm com suas comunidades de origem. Não se trata de reforçar essas disparidades, mas reconhecê-la como um divisor de águas para qualquer análise que vise produzir recomendações para políticas de fomento.

Na Amazônia brasileira é que a ação do Estado, sob pressão política pelo cumprimento das normas constitucionais de 1988 e com financiamento internacional², fez avançar rapidamente o reconhecimento formal de direitos territoriais nos últimos anos, antecipando, digamos assim, o que nas demais regiões se deu somente quando as terras indígenas já tinham sido usurpadas por particulares ou pelo próprio poder público.

² Além de alguns casos isolados, a partir de 1995 entrou em operação um amplo programa de identificação e demarcação física de terras indígenas denominado Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), como parte do Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7)

Como se pode depreender, as “oportunidades econômicas” para os povos indígenas no Brasil estão desigualmente distribuídas conforme o padrão de territorialidade reconhecido oficialmente das mais de 200 etnias diferentes, que somam apenas 0.2% da população nacional (ou 0.4%, de acordo com o censo 2000 do IBGE). Mas é fato notório hoje no Brasil que a população indígena global está crescendo (embora alguns povos estejam fortemente ameaçados de extinção) e aos povos indígenas são reconhecidos oficialmente cerca de 105 milhões de hectares de terras, o que significa cerca de 12% da extensão territorial do país e 20% da Amazônia brasileira. E mais: a maioria dos brasileiros apoia essa situação³ e 38,4% das áreas consideradas prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade na Amazônia brasileira, de acordo com os maiores especialistas, coincidem com terras indígenas⁴.

Apesar disso, o Estado Nacional pouco fez para atualizar sua relação com esses povos, sem criar novas modalidades de políticas públicas e instrumentos de fomento aos programas indígenas de futuro⁵. Aos índios restaram, na melhor das hipóteses, se articular com o “mercado de projetos” a fundo perdido da cooperação internacional privada, multi e bi-lateral, produzindo toda sorte de hibridismos institucionais com organizações de apoio da sociedade civil, além de acessar alguns fundos públicos setoriais, fragmentados e intermitentes. Evidentemente que boa parte das sociedades indígenas contemporâneas no Brasil – mesmo aquelas que conseguem ter “projetos”, sempre insuficientes e temporários – mantêm relações econômicas desfavoráveis com os mercados locais e regionais, seja pela subordinação da mão-de-obra, seja pelo aviltamento dos preços dos produtos e escravização por dívidas, seja pelo simples saque dos recursos naturais de suas terras.

3. Etnopolíticas e novas formas de organização: outro diferencial

Esse processo de reconhecimento desigual de direitos territoriais foi seguido, sobretudo na Amazônia brasileira, por um crescimento vertiginoso de novas formas de organizações indígenas, pela retração da ação tutelar do Estado e pela ampliação das oportunidades de parceria dos índios com uma multiplicidade de novos atores governamentais e não-governamentais.

Depois de mapear as iniciativas econômicas indígenas contemporâneas dentro desse novo paradigma caracterizado acima, verificando as fontes de informação e análises disponíveis, foi possível constatar que praticamente não há nenhum estudo de caso revelador, nem estudos comparativos, que tomem como epicentro as etnopolíticas em jogo vis-à-vis a essa mudança de contexto. Para além da identificação e eventual exercício de categorização⁶,

³ Conforme pesquisa nacional de opinião realizada pelo IBOPE, a pedido do ISA, em 2000: “O que os brasileiros pensam dos índios?”. Ver no site www.socioambiental.org

⁴ Este é um dos resultados do Seminário Consulta realizado em Macapá (AP) em 1999, organizado pelo consórcio formado por ISA/CI/IPAM/ISPN/IMAZON/GTA, publicados em 2001 sob o título “Biodiversidade na Amazônia Brasileira”, ISA/Estação Liberdade, 540p.

⁵ Ver a respeito a série de publicações “Povos Indígenas no Brasil”, publicada desde 1980 pelo CEDI e, a partir de 1996, pelo ISA.

⁶ ver a respeito «Estudo etno-econômico de estruturas de mercado entre populações indígenas beneficiadas pelo PPTAL» de Jorge Pozzobon, Belém (PA), 1998, 41 pgs. e «Economia Indígena. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal» de Peter Schröder, PPTAL/GTZ, Fortaleza (CE), julho de 2000, 126 pgs (no prelo).

não se poderá compreender o significado para os povos indígenas das iniciativas contemporâneas relacionadas ao mercado sem ampliar o marco de referência, para examiná-las considerando as estratégias etnopolíticas de cada povo em relação aos contextos regional, nacional e internacional. Isso exige pesquisa de campo demorada e combinada com a análise de fontes secundárias dispersas e pouco disponíveis.

Seria inócuo repetir aqui esforços já feitos de caracterização arquetípica das economias dos povos nativos das terras baixas da América do Sul e, a partir daí, contrapor alguns estudos de caso apenas com base em fontes secundárias.

Somente depois de descrições específicas detalhadas se poderia produzir comparações e recomendações úteis, entre “alternativas econômicas” tão díspares como, por exemplo: (1) a preferência de chefes Guarani por contratos coletivos e temporários de trabalho com seus patrões, usineiros de cana no Mato Grosso do Sul, incluindo mulheres e crianças, ao invés do sistema de diaristas e à revelia da legislação trabalhista; (2) a venda de toras de mogno a baixo preço por chefes Kayapó do sul do Pará diretamente para empresas madeireiras predatórias e ilegais, ao invés de serem simplesmente roubados ou terem seus recursos gerenciados por terceiros; (3) a produção individual por encomenda e a comercialização de cestaria pelos Baniwa do alto Içana, com valor cultural e ambiental agregados e gerida por uma associação intercomunitária, ao invés do sistema de troca individual de pequenas quantidades por preços aviltantes com regatões ou roupas usadas com uma missão religiosa; (4) a administração terceirizada de recursos oriundos de doações compensatórias, de aplicações financeiras de indenizações e venda de alguns produtos artesanais e florestais, que têm viabilizado uma notável recuperação ao povo Waimiri-Atroari, que chegou à beira da extinção sob a tutela da Funai. Não se poderá compreender cada uma dessas situações, sem referência ao padrão de territorialidade, de organização indígena e de parceria com outros setores da sociedade nacional.

Um caminho a seguir, seria o da análise de casos, como fizeram pioneiramente alguns autores a convite de COICA & OXFAM em 1996⁷, o que significaria recuperar e aprimorar a lista de critérios a serem considerados, agregar ao processo vários colaboradores e realizar pesquisas em campo, num prazo mais longo.

Nos últimos anos, praticamente não há novos estudos publicados sobre o tema no Brasil e a documentação existente é árida e, via de regra, desorganizada. Neste panorama, destacam-se os esforços de um projeto de pesquisa denominado “Etnopolítica e ambientalismo na Amazônia: as organizações indígenas e o desenvolvimento sustentável”⁸, o qual já cumpriu a fase de mapeamento e coleta de informações (1998-2001) que serão

⁷ ver “Amazonía: Economía Indígena y Mercado”, COICA, OXFAM, Quito, 1996.

⁸ Ver ALBERT, B. & RICARDO, C. A (2002) : Etnopolítica e ambientalismo na Amazônia: as organizações indígenas e o desenvolvimento sustentável. Relatório Técnico-Científico Final do projeto de pesquisa ISA/CNPq/IRD – N° Processo CNPq/ORSTOM-IRD n° 91.0054/97-5, SP, 2002, 39p.

organizadas em bancos de dados⁹, já produziu uma primeira análise panorâmica¹⁰, ao mesmo tempo em que prosseguem estudos de casos.

A mencionada pesquisa coordenada por Albert & Ricardo identificou que, na Amazônia brasileira, a partir do fim dos anos 1980, houve um processo extremamente dinâmico de criação e de registro de associações indígenas na forma de OSC (“organizações da sociedade civil”). Para se ter uma idéia da escala do fenômeno basta dizer que existiam apenas dez destas associações antes de 1988 (Alto e Médio Solimões, Manaus, Alto Rio Negro, Roraima) das mais de 180 computadas no final de 2000, nos seis estados da Região Norte: AM, RO, RR, AC, PA, AP - provavelmente mais de 300 para toda a Amazônia Legal. Essa pesquisa teve como foco na primeira fase (1998-2001) realizar um levantamento preliminar sobre as associações e projetos de desenvolvimento local indígenas e estão em curso uma série de estudos sócio-antropológicos de casos exemplares nos quais serão analisados os processos de incorporação das associações e de seus projetos nas estruturas culturais e sociais de povos indígenas específicos, bem como as lógicas políticas de articulação interna dos processos de captação e de redistribuição dos fluxos de recursos oriundos das agências financiadoras.

4. Povos indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia

Considerando as diferenciações apontadas acima, de padrão de territorialidade e de organização reconhecidas oficialmente, cresce a percepção e a aceitação por um conjunto diversificado de atores sociais (instituições de pesquisa e de fomento, ambientalistas¹¹ e desenvolvimentistas) de que os índios na Amazônia detêm conhecimentos relevantes sobre os ambientes nas suas terras¹², as quais sempre estão muitíssimo mais preservadas do que o seus entornos¹³.

Sobre este segundo aspecto, basta verificar qualquer carta-imagem de satélite com os limites das terras indígenas que saltará aos olhos a evidência de que a cobertura vegetal dessas áreas sempre está mais preservada em relação aos seus vizinhos. Um exemplo emblemático é o do Parque Indígena do Xingu (MT), cartão postal do indigenismo oficial brasileiro - com uma área de 2.6 milhões de hectares, no centro geográfico do país, onde vivem 14 povos que preservam o meio ambiente - cuja sustentabilidade está ameaçada, porque fazendeiros estão depredando o seu entorno, especialmente a região das cabeceiras do rio Xingu, que ficam fora dos limites do Parque¹⁴.

⁹ ver a ficha do Banco de Dados nos Anexos

¹⁰ ver o artigo de Bruce Albert « Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira », in Povos Indígenas no Brasil 1996/2000, Instituto Socioambiental, SP, 2000, pp. 197-203.

¹¹ Por exemplo, a seção brasileira da mega organização conservacionista norte-americana The Nature Conservancy lançou em 2002 um «Fundo Inter-Institucional de Apoio ao Manejo Ambiental em Terras Indígenas da Amazônia», cuja justificativa está baseada no fato de que 20% da Amazônia brasileira se encontra em terras indígenas, as quais estão geralmente mais preservadas do que seus entornos.

¹² Ver, por exemplo, a «Enciclopédia da Floresta. O alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações», Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (orgs.), Companhia das Letras, São Paulo, 2002, 735 pgs.

¹³ Ver o artigo de A. Villas-Bôas e M. Campanili, 1999: «Terras indígenas protegem floresta Amazônica », *Parabólicas* 49, Instituto Socioambiental.

¹⁴ Ver « Carta-Imagem das Cabeceiras do Rio Xingu, com avaliação do desmatamento, baseada em imagens do ano 2000 », Laboratório de Geoprocessamento do Instituto Socioambiental, SP, 2001, escala 1: 650.000.

Evidentemente que não há consenso entre os ambientalistas sobre a ênfase em se considerar as terras indígenas como parte de uma estratégia para a conservação e uso sustentável da biodiversidade na Amazônia. Mesmo sabendo que os índios não são “ecologistas naturais”, argumentam ademais aqueles que apoiam a aproximação conceitual e política dos povos indígenas com o propalado desenvolvimento sustentável, que as terras indígenas são tão vulneráveis quanto às demais “áreas protegidas”, quase todas ocupadas ou invadidas por populações com menos tradição de manejo brando dos recursos naturais e conhecimentos acumulados sobre seus ecossistemas.

Nem “ecologistas naturais”, nem “aculturados predadores”, as formas de mudança no uso dos recursos naturais pelas sociedades indígenas depende, na realidade, do leque de opções sócio-econômicas e políticas oferecidas para sua articulação com a chamada “sociedade envolvente” (nas suas vertentes regionais, nacionais e internacionais). Assim, a “sociedade envolvente” já não se limita mais, para os índios, à dimensão local de interação com os protagonistas tradicionais da frente de expansão regional (garimpeiros, colonos, madeireiros, fazendeiros, etc.). O universo de articulação das sociedades indígenas com o “mundo dos brancos” tem-se complexificado consideravelmente ao longo das três últimas décadas.

Os índios da Amazônia brasileira hoje em dia não têm mais como único referencial econômico pós-contato o modelo predatório da fronteira local ou o modelo agrícola neocolonial do indigenismo tutelar (os “Projetos de Desenvolvimento Comunitário” da Funai)¹⁵. O processo de descentralização e a interligação crescente do local ao global, fora da mediação do Estado, põem hoje ao seu alcance um universo complexo de fontes de financiamento, recursos técnicos e canais de decisão desde município até o Banco Mundial.

Este conjunto potencial de parcerias constitui o quadro sócio-político no qual se desenvolveram e no qual operam as associações indígenas da Amazônia brasileira para articular seus projetos de desenvolvimento social e econômico. É, portanto, a partir da intermediação que estas associações garantem entre suas populações de referência e o universo das parcerias disponíveis que serão definidas as condições sociais e políticas de possibilidade para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das terras indígenas da Amazônia.

5. Síndrome de fracasso e mercado de projetos em alta

Centenas de projetos foram desenhados e implantados nos últimos 30 anos no Brasil para fomentar “alternativas econômicas para povos indígenas”, via de regra entendidas vagamente pelos técnicos de ONGs de apoio e agências donantes como um conjunto articulado de iniciativas que garantisse às comunidades/povos recuperar sua “autonomia”, entendida caso a caso como a somatória entre segurança alimentar e a produção de excedente comercializável que lhes permitisse acessar bens e serviços externos considerados

¹⁵ Ver, por exemplo, C. Junqueira, 1984 : « Sociedade e cultura », *Ciência e Cultura* 36 (8) sobre um projeto proposto pela Funai aos Cinta Larga do Posto Serra Morena no início dos anos 1980.

indispensáveis. Ainda que tenham contemplado padrões apropriados de sustentabilidade sócio-econômica, as contas destes projetos têm sido invariavelmente devedoras, exigindo permanentes subsídios a fundo perdido, criando por assim dizer uma “síndrome de fracasso”.

Outros olhares sobre a performance de alguns desses projetos, repararam que tais fracassos “econômicos” teriam sido amplamente compensados por enormes sucessos “políticos”¹⁶. Que o digam alguns povos indígenas do Acre, no extremo sudeste da Amazônia brasileira, fronteira com Peru. Mimetizados e imobilizados por dívidas nos seringais até o início dos anos 70, receberam apoio de projetos econômicos eternamente deficitários mas que lhes permitiram romper a cadeia de dominação, recuperar a auto-estima e parte de suas terras, e emergir no novo mapa dos povos indígenas no Brasil.

Enfim, as sociedades indígenas particulares “digerem” projetos econômicos, metamorfoseando-os em apoio indireto a dinâmicas sociais, culturais e políticas próprias, fazendo com suas dimensões originais fiquem cronicamente deficitárias.

Apesar dessa herança de dúvidas, crescem atualmente no Brasil linhas de financiamento para projetos (econômicos) indígenas. O mercado de projetos indígenas está em alta, sobretudo na Amazônia brasileira. Há uma nova onda de fundos de fomento, que geram “oficinas de capacitação”, que estimulam a demanda direta e seus efeitos colaterais por consultorias e assim por diante. Processo que deve merecer atenção e acompanhamento. Vale ressaltar, como exemplo, o fundo denominado PDPI¹⁷, estimado em 13 milhões de dólares para cinco anos. Em junho de 2002 foram aprovados os primeiros nove projetos¹⁸, entre os 66 apresentados, direcionados para a promoção de atividades economicamente sustentáveis, a valorização cultural e a proteção das Terras Indígenas.

Depois de caracterizar a combinação de tendências e dinâmicas que produziu não somente um crescimento acelerado do número de associações indígenas na Amazônia brasileira no período recente, Bruce Albert (2000) apontou uma considerável mutação qualitativa do papel do “movimento indígena” no debate/embate político a propósito do modelo de desenvolvimento da região amazônica brasileira. O movimento conflitivo de organizações e mobilizações etnopolíticas informais (anos 1970 e 1980), que tinha por interlocutor o Estado, deu lugar a uma constelação de organizações institucionalizadas onde

¹⁶ Ver, por exemplo, ALMEIDA, Rubem Thomas de: « Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o projeto Kaiowá-Ñandeva como experiência antropológica ». Ed. Contracapa, Rio de Janeiro, 2001, 226p ; e o artigo de Renato Athias « Temas, Problemas E Perspectivas Em Etnodesenvolvimento – Uma Leitura A Partir Dos Projetos Apoiados Pela Oxfam (1972-1992) », Recife, 2002, 30 pgs. , mimeo.

¹⁷ PDPI (2001) : Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Informações básicas e Formulário para a apresentação de projetos. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2001, 35 + 122p. Integrante do subprograma Projetos Demonstrativos A (PD/A), do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o PDPI é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O financiamento dos nove projetos aprovados vem das agências alemãs de cooperação KFW e GTZ e do Departamento Internacional para o Desenvolvimento (DFID) do Reino Unido.

¹⁸ Ver a relação de projetos aprovados pelo PDPI em junho de 2002 no Anexo IV.

as funções de serviço, econômico e social são cada vez mais importantes e cujos interlocutores pertencem à rede das agências financiadoras nacionais e internacionais, quer sejam governamentais ou não-governamentais (anos 1990-2000).

Segundo Albert, na virada dos anos 1980/90, passou-se de uma forma de etnicidade estritamente política, baseada em reivindicações territoriais e legais, para o que Albert (2000) chamou de uma *etnicidade de resultados*, na qual a afirmação identitária se tornou pano de fundo para a busca de acesso ao mercado e, sobretudo, ao “mercado dos projetos” internacional e nacional aberto pelas novas políticas descentralizadas de desenvolvimento (local/sustentável). Assim, estas organizações desempenham hoje, e cada vez mais, funções assistenciais, gerenciando projetos de demarcação e vigilância territorial, projetos sanitários, educativos, culturais e sociais, bem como diversos tipos de projetos econômicos e comerciais.

Em poucos casos, os financiamentos também podem vir através de projetos apoiados por empresas privadas interessadas em produtos com alto valor etno-ecológico agregado, como a *BodyShop* (Inglaterra) com os Kayapó (Pará), a *Aveda* (Estados Unidos) ou a *Hermès* (França) com os Yawanawá (Acre); começam a ocorrer algumas parcerias comerciais privilegiadas com empresas do chamado “comércio justo”, como as importadoras do Guaraná dos Satéré-Mawé (Amazonas) na Europa (*Guayapi Tropical* na França, *Cooperativa Terzo Mondo* na Itália) ou a comercialização da cestaria baniwa pela cadeia de lojas ToK&Stok no Brasil.

6. Conclusão: a conta que não fecha

Neste contexto de “pós-territorialidade” diferenciada (terras extensas/confinamento), de retração do Estado, de crescimentos de novas formas de organização indígena e multiplicação das oportunidades de interlocução, as sociedades indígenas no Brasil estão hoje expostas, além da problemática tradicional da proteção territorial e da conquista da cidadania, a novos desafios que consistem na manutenção de complexas redes sócio-políticas externas a fim de garantir acesso a fontes de financiamentos de programas sociais, sanitários e educativos adaptados à sua realidade cultural e, sobretudo, na viabilização, com o apoio dos mesmos canais, de um modelo de gestão econômico-ambiental dos recursos naturais de suas terras.

Como tentei argumentar, para enfrentar estes novos desafios, as sociedades indígenas contam com patamares bastante diferenciados com respeito ao padrão de territorialidade, de demografia, de organização e de oportunidades de parcerias. Se é verdade que elas têm hoje como principais interlocutores, não mais não mais apenas um Estado tutelar e clientelista onipotente, mas uma rede diversificada de administrações públicas e agências financiadoras com as quais devem negociar um leque de multi-parcerias a fim de garantir a continuidade de sua reprodução social e cultural em um novo contexto de interligação permanente entre os níveis regional, nacional e internacional; também é verdade que se trata de uma tarefa

praticamente invencível para a maior parte das micro sociedades indígenas. O que fizeram e têm feito as fontes de financiamento externo, o apoio das ONGs, das igrejas e da opinião pública continuarão a ser requisitos imprescindíveis, mas não suficientes para compensar as desigualdades enfrentadas pelas sociedades indígenas nas correlações de força nas quais estão inseridas.

Exceto nos casos de regularização de terras e da política pública de saúde, na qual o Estado está experimentando um novo modelo, acompanhado de repasses significativos de recursos às organizações indígenas e de apoio entre 2000/2002¹⁹, nas demais áreas de políticas públicas, há um forte imobilismo ou esforços compensatórios muito tímidos.

Nos últimos 30 anos cresceu o reconhecimento pelo Estado Nacional dos direitos territoriais indígenas sobre extensas áreas contínuas, com baixa densidade demográfica e relativamente preservadas, porém o futuro dessas áreas permanece incerto. Os mesmos Estados Nacionais que reconhecem direitos e demarcam territórios, subtraem juridicamente ao controle dos índios boa parte do patrimônio material daí decorrente, como o subsolo, os recursos hídricos e, quem sabe, os genéticos. Além do mais, via de regra é débil o controle direto que os povos detentores desses direitos têm sobre seus territórios e recursos naturais, vis-à-vis a contextos regionais amplamente desfavoráveis, nos quais as políticas públicas governamentais inexistem ou estão se liquefazendo. Além disso, as eventuais ações “demonstrativas” e “mitigadoras” subsidiadas pelo mercado de projetos a fundo perdido não têm escala para compensar esse desequilíbrio estrutural e desfavorável aos povos indígenas nas relações de poder em diferentes níveis.

Conservação, uso sustentável e repartição justa dos benefícios da biodiversidade, reconhecendo os direitos coletivos dos índios e valorizando suas contribuições, já faz parte da agenda brasileira de intenções, mas sua realização na prática é tarefa que exige parcerias ampliadas, pelo menos em escala regional.

7. Recomendações

Para as organizações indígenas

1. As organizações indígenas deveriam ser capazes de continuar a **mobilizar as redes de apoio e a mídia nacional e internacional**, ao redor de temáticas etno-ambientais que permitem manter um nível suficiente de pressão sobre o Governo federal para induzi-lo a manter as conquistas territoriais do movimento indígena destes últimos 25 anos contra interesses econômicos locais e fluxos migratórios regionais crescentes.

¹⁹ O volume de recursos destinado pelo Ministério da Saúde para saúde indígena em 2000 foi de 110 milhões de reais (60 na rubrica específica); em 2001 totalizou 161 milhões, sendo 78 milhões de reais na rubrica orçamentária específica), 41 de repasses diretos aos municípios e 42 do Vigisus. Em 2002 será de 188 milhões (124 na rubrica específica). Para comparar, o orçamento total da FUNAI (inclusive folha de pagamentos, precatórios, etc) para 2002 será de 191 milhões (também com um pequeno aumento). Porém, os níveis de execução orçamentária efetiva da FUNASA são superiores aos da FUNAI todos os anos. Significa que o subsistema de saúde indígena já ultrapassou a FUNAI em orçamento.

2. Deveriam **incentivar a elaboração de políticas públicas governamentais e não governamentais em escala apropriada**, destinadas a investir no conhecimento da biodiversidade e na gestão econômica sustentável das suas terras, envolvendo estreitamente seus habitantes e tomando em conta seus projetos sociais específicos. Formas de subsídios e remuneração por serviços ambientais e a ampliação das oportunidades de renda monetária extra-local (salários, bolsas, aposentadorias) devem receber alta prioridade.

3. Sobre a possibilidade das associações indígenas traduzir esta expressividade político-institucional em **autonomia econômica** para as populações que se encarregam de representar, o desafio está em satisfazer as novas expectativas materiais e sociais das suas comunidades de referência, envolvendo seus membros em projetos locais de exploração dos recursos naturais que sejam, ao mesmo tempo, não predatórios e capazes de promover uma certa auto-sustentação econômica das áreas indígenas. Nesse contexto, não deverá se negligenciar o lugar da diversificação complementar das atividades e recursos econômicos extra-locais (ver acima nossa observação sobre o novo espaço translocal das comunidades indígenas), também suscetível de aliviar o peso dos recursos naturais da floresta na formação da renda das comunidades e, portanto, de contribuir para a preservação ambiental de suas áreas.²⁰

4. As diretorias das associações indígenas deverão ter a determinação e a lucidez política para **contornar as novas formas de subordinação e de clientelização** no gerenciamento dos projetos socioambientais, não somente no contexto das relações que lhes são impostas pelas agências de financiamento (ou de comercialização), mas, igualmente, no contexto das relações que elas mesmas constroem com os demais membros das suas sociedades. A esse desafio acrescenta-se a complexa tarefa de administrar as formas de diferenciação social e cultural surgidas no processo de transformação sócio-econômica induzido por estes novos projetos de etnodesenvolvimento.

Para as organizações de apoio

1. realizar/disponibilizar seus acervos de documentos e seus capitais de relações sociais para viabilizar estudos de caso de projetos/programas de alternativas econômicas com povos indígenas.
2. estabelecer redes de cooperação e informação por macro-regiões transnacionais, como é o caso da Amazônia, por exemplo.

²⁰ Nesse aspecto, não se tem, necessariamente, uma relação linear entre contato e degradação ambiental nas áreas indígenas (Ver R. Godoy, D. Wikie e J. Franks, 1997 : « The effect of markets on neotropical deforestation : a comparative study of four Amerindian societies », *Current Anthropology* 38(5): 875-878). Na sua redução da problemática da sustentabilidade ecológica à fixação local das populações indígenas, os projetos de desenvolvimento etno-ambientais tendem, geralmente, a ocultar a contribuição dos fenômenos de mobilidade sócio-espacial e de acesso a recursos monetários de origem extra-locais na renda indígena (aposentadorias rurais, salários retribuindo atividades locais ou não, bem como empreendimentos econômicos urbanos ou de intermediação entre aldeias e cidades). Ver sobre esta questão a contribuição de P. Léna (IRD) ao texto do projeto de pesquisa CNPq-IRD-UFRJ (LAGET) : « Globalização, movimento associativo e desenvolvimento local sustentável na Amazônia », Rio de Janeiro : Maio de 2000.

3. capacitar-se para uma mudança de escala de intervenção, superando a fase dos projetos-piloto de caráter demonstrativo para a de programas regionais.

Para as instituições de pesquisa

1. Organizar e disponibilizar grupos de trabalho interdisciplinares que se disponham a realizar **levantamentos etnoecológicos** em terras indígenas em parceria com organizações indígenas e organizações de apoio aos índios.²¹
2. Viabilizar a consolidação e manutenção do banco de dados resultante da pesquisa sobre etnopolítica e projetos ISA/IRD; e acompanhar os resultados dos estudos de caso em curso e estimular outros.

Para as agências de financiamento

1. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos apoiados pelo PDPI nos próximos 5 anos.
2. Organizar meta seminários de balanço dos programas de financiamento de projetos para povos indígenas na Amazônia.

Para as empresas privadas

1. As empresas privadas interessadas em se aproximar dos povos indígenas em busca de parcerias econômicas que acolham o valor cultural e ambiental agregados aos produtos indígenas resultantes de manejo sustentável deveriam criar núcleos especiais internos e promover processos de capacitação que sirvam de base para uma interlocução adequada.

Para as políticas públicas governamentais

1. Elaborar e implementar novas diretrizes e instrumentos de políticas públicas adequadas à situação de “pós-territorialidade”, na direção da superação do regime de tutela e da valorização do protagonismo indígena associado a um sistema de multi-parcerias.
2. Concentrar esforços pela aprovação do novo Estatuto das Sociedades Indígenas, consolidando e atualizando a legislação complementar em relação à Constituição Federal de 1988.
3. Adotar na legislação ambiental novas figuras jurídicas acompanhadas de mecanismos tributários e orçamentários adequados, que permitam remunerar os serviços ambientais prestados voluntariamente pelos povos indígenas²².

Para as Convenções Internacionais

²¹ Ver a respeito o roteiro metodológico elaborado por William Milliken (Edinburgh Development Consultants) a pedido do PPTAL, denominado «Levantamentos etnoecológicos em reservas indígenas na Amazônia brasileira», segunda versão, novembro de 1998, 55 pgs.

²² Ver a respeito a proposta do Instituto Socioambiental de criação de uma nova figura no sistema nacional de unidades de conservação denominada Reserva Indígena de Recursos Naturais. A justificativa e a proposta estão publicadas num artigo de Márcio Samtilli denominado «As terras indígenas e as Unidades de Conservação: a proposta de RIRN é direito e vantagem para os índios, in POVOS INDIGENAS NO BRASIL : 1996/2000, ISA, SP, 2000, pp.173-175.

1. Em relação ao tema das **mudanças climáticas globais**, os povos indígenas e seus territórios sofrem os impactos do aquecimento global mas não dispõem de mecanismos que o minimizem ou ajudem a promover o etnodesenvolvimento. Enquanto a intensificação do El Niño tende a reduzir a umidade da floresta amazônica, amplificando os impactos antrópicos e favorecendo a ocorrência de incêndios como o que devastou Roraima em 98, o MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - não poderá apoiar projetos para reduzir o desmatamento, conservar as florestas em pé ou promover o manejo sustentável dos recursos naturais. Ainda serão possíveis no MDL projetos para reflorestamento ou fontes limpas de energia que, em tese, poderão atender demandas legítimas de povos indígenas e outras populações tradicionais, mas terão que concorrer em condições desiguais com empresas poluidoras ou de reflorestamento. O maior cacife dos povos indígenas - a proteção à floresta em pé – ficou excluído, territórios ambientalmente mais preservados não têm espaço para reflorestamentos, e o baixo consumo de energia reduz as chances de eventuais projetos energéticos para comunidades interessarem ao mercado do carbono. Se em futuros acordos internacionais a proteção às florestas for admitida, crescerá a possibilidade dos povos indígenas obterem ajuda para enfrentar as conseqüências das mudanças climáticas sobre os seus territórios e para compensar a contribuição que dão para o clima mundial.

Para a rede OXFAM/FF

1. integrar os vários estudos temáticos da rede Oxfam/FF por país e por macro-regiões socioambientais, gerando nova rodada de referências e recomendações.

Anexo I

Modelo de ficha padrão para a base de dados

« Organizações e projetos indígenas na Amazônia » (ISA/IRD: 2001)

Nome :

Sigla :

Organização existente:

Fechada:

Endereço da sede:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Website:

Contato:

Povo(s) e grupo(s) social(-ais) representado(s) :

T.I. ou área de referencia:

Estado :

Região :

Município :

Data de Fundação :

Registrada:

Não registrada:

Lugar de registro : *cartório x cidade x*

Data de registro :

Documentos arquivados (ISA) : *estatuto, ata de fundação, registro, DOU, CGC...*

Orçamento anual (3 últimos anos):

Infraestrutura :

- sede :

- equipamentos :

- transporte :

- comunicação :

Quadros :

- membros remunerados (ou cedidos):

- assessores não-indigenas:

Apoio técnico e político :

- entidades :

- pesquisadores/peritos :

Plano administrativo :

Programa de ações :

Afiliação : *grupo de associação, federação...*

Organizações indígenas aliadas :

Participações externas em conselhos :

Entidades homólogas (em país limítrofe) :

Organização anterior : *associação da qual pode ser oriunda a organização presente*

Histórica da formação:

Objetivos :

- no estatuto :

- entrevistas Diretoria :

Estrutura e funcionamento (estatuto) :

Diretoria atual :

Diretorias anteriores :

Atuação etnopolítica e cultural : *assembleias, encontros, eventos... (anos recentes)*

Projetos, Convênios e Parcerias (domínio):

- institucional :

- territorial :

- econômico-ambiental

- sanitário :

- educational :

- cultural :

- social :

- outros :

Financiadores : *agencias, ong, empresas, administrações etc*

Parceiros e co-gestores (não financiadores):

Organizações indígenas financiadoras : *repasse de fundos... etc*

Organizações indígenas parceiras/co-gestoras :

Contribuição dos associados :

Atividades produtivas/comerciais independentes :

Outras fontes de financiamento :

Publicações e documentos

Bibliografia associada (estudos) :

Pesquisas e pesquisadores relacionados :

Comentários e análise :

Anexo II : Terras indígenas e unidades de conservação no Norte Amazônico (Brasil)

	Amazonas	Rondônia	Acre	Roraima	Para	Amapa	Totais
Nº de associações indígenas	91	31	22	18	15	6	183
Nº de povos indígenas	74	30	11	13	36	9	146 (*)
População indígena	99.604	10.826	9.655	31.322	28.445	5.634	185.486
% população indígena do Brasil	33,20%	3,61%	3,22%	10,44%	9,48%	1,88%	61,83%
Nº de terras indígenas	162	24	28	32	43	6	285 (**)
Superfície / Km²	401.391,26	49.853,51	21.596,03	104.183,46	278.328,70	11.875,70	867.228,66
% superfície por UF	25,43%	20,97%	14,13%	46,27%	22,53%	8,45%	24,29%
Nº de u. de conservação(***)	41	40	10	7	23	10	131
Superfície / Km²	152.562,94	60.111,10	30.427,32	11.826,06	106.441,77	28.647,11	390.016,30
% superfície por UF	9,67%	25,29%	19,91%	5,25%	8,62%	20,38%	10,93%

(*) A presença dos mesmos povos em várias UF faz com que o total dos povos seja inferior à soma de seu número por UF.

(**) A extensão de certas terras indígenas em várias UF faz que o número total de TIs seja inferior à soma de seu número por UF.

(***) Unidades de conservação federais e estaduais de uso indireto e direto (fora das superposições).

Anexo III

lista das 180 associações indígenas da Amazônia pesquisadas (Região Norte : AM, RO, RR, PA, AC, AP)

Pesquisa e compilação B. Albert (IRD-ISA)²³
(até dezembro de 2000)

AMAZONAS (87)

Manaus (6)

AMARN – Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – 1984
MEIAM -Associação dos Estudantes Indígenas do Amazonas – 1984
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira -1989
COPIAM – Conselho de Professores Indígenas da Amazônia – 2000 (ex-COPIAR 1990)
AMISM – Associação das Mulheres Indígenas Satéré-Mawé – 1995
ACWA – Associação Comunidade Waimiri-Atroari – 1997

Alto Rio Negro (42)

São Gabriel da Cachoeira (6)

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – 1987
AAISARN – Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro – 1995
FDDI/SGC – Fórum de Debate de Direitos Indígenas / São Gabriel da Cachoeira – 1997
ASSAI/SGC – Associação dos Artesões Indígenas / São Gabriel da Cachoeira – 1999
APIARN – Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro – 1999
GETEC – Grupo de Estudo e Trabalho em Ecoturismo – 1999

Cauaboris (1)

AYRCA – Associação Yanomami do Rio Cauaboris e Afluentes – 1999

Alto Rio Negro e Xié (5)

ACIRNE – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro – 1988
ACIRX – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié – 1989
AINBAL – Associação Indígena de Balaio – 1991
ACIPK – Associação das Comunidades Indígenas de Potira Kapuamo – 1992
OCIARN – Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro – 1998

Rio Içana e Ayari (8)

OCIDAI – Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro – 1999 (ex- ACIRI – 1989)
AMAI – Associação das Mulheres de Assunção do Içana –1992
OIBI – Organização Indígena da Bacia do Içana – 1992
ACIRA – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari – 1995
UNIB – União das Nações Indígenas Baniwa – 1997
UMIRA – União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari – 1999
AIBRI – Associação Indígena do Baixo Rio Içana – 1999

²³ As organizações da região do Rio Negro foram pesquisadas por Beto Ricardo. Este levantamento contou também com a colaboração em pesquisas de campo de José Pimenta (UnB-Acre), Rosângela Reis (UNIR-Rondônia) e Maxim Repetto (UnB-Roraima).

OICAI – Organização Indígena Curipaco do Alto Içana – 1999

Baixo Rio Vaupés e Tiquié (8)

ACITRUT – Associação das Comunidades Indígenas de Taracuí, Rios Uaupés e Tiquié – 1986

AMITRUT – Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rios Uaupés e Tiquié – 1989

UNIRT -União das Nações Indígenas do Rio Tiquié – 1990

ACIRU – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umarí – 1991

ATRIART – Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié – 2000 (ex-CRETIART – 1994)

CIPAC – Comunidades Indígenas de Pari Cachoeira – 1995

OIBV – Organização Indígena de Bela Vista – 1997

ACIRC – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho – 1998

Alto Rio Vaupés et Papuri (14)

UNIDI – União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê – 1989

AMIDI – Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê – 1995

ONIARP – Organização das Nações Indígenas do Alto Papuri – 1994

UNIMRP – União das Nações Indígenas do Médio Papuri – 1994

UNIRVA – União das Nações Indígenas do Rio Uaupés Acima – 1996

OICI – Organização Indígena do Centro Iauaretê – 1997

COIDI – Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê – 1997

AEIDI – Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauaretê – 1997

ATIDI – Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê – 1998

APMCIESM – Associação de Pais e Mestres das Comunidades Indígenas da Escola São Miguel – 1998

FDDI/Iauaretê – Forum de Debate de Direitos Indígenas / Iauaretê – 1999

CERCII – Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena de Iauaretê – 2000

AISPI – Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê – 2000

AILCTDI – Associação Indígena da Língua e Cultura Indígena dos Tariano do Distrito de Iauaretê – 2000

Médio Rio Negro (2)

CACIR – Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas – 1993

ACIMRN – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro – 1994

Baixo Rio Negro (2)

ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro – 1988

ASIBA – Associação Indígena de Barcelos – 1999

Alto Solimões (12)

Tabatinga (1)

OSPTAS – Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões – 1995

Benjamin Constant (10)

CGTT – Conselho Geral da Tribo Ticuna – 1996 (fundado em 1982)

OGPTB – Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües – 1993 (fundado em 1986)

OMITTAS – Organização da Missão Indígena da Tribo Ticuna do Alto Solimões – 1990

FOCCITT- Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna – 1997

OIATTUR – Organização dos Agentes Ticuna de Turismo – 1998

OGEITTAM – Organização Geral dos Estudantes Indígenas dea Tribo Ticuna – 1999

OGMICTTAM – Organização Geral das Mulheres Indígenas Cristãs da Tribo Ticuna da Amazônia - 1999

AMIT – Associação das Mulheres Ticuna – 1999

OASPT – Organização dos Agente de Saúde do Povo Ticuna – 1999

AEPTAS – Associação dos Estudantes do Povo Ticuna do Alto Solimões – 1999

Atalaia do Norte (1)

CIVAJA – Conselho Indígena do Vale do Javari – 1992

Médio Solimões (3)

Tefé (1)

UNI-TEFÉ – União das Nações Indígenas do Médio Solimões – 1993 (oriunda da UNI-Norte em 1986)

Região de Tefé (2)

AMIMS – Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões – 1992

CIJA – Comissão Indígena do Japurá –1993

Solimões (17)

Norte de Manaus

Presidente Figueiredo (1)

? ACIMURU – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Urubu – ?

Leste de Manaus-Baixo Madeira

Autazes (5)

CIM – Conselho Indígena Mura – 1990

UMIM – União das Mulheres Indígenas Mura – 1993

OASIM – Organização dos Agentes de Saúde Indígena Mura – 1993

OPIM – Organização dos Professores Indígenas Mura – 1994 ?

OEIM – Organização dos Estudantes Indígenas Mura – 1998

Nova Olinda do Norte (4)

UPIMS – União dos Povos Indígenas Munduruku e Satéré-Maué – 1991

CPIMS – Coordenação dos Professores Indígenas Munduruku e Satéré-Maué – 1993

CSIMS – Conselho de Saúde Indígena Munduruku e Satéré-Maué – 1994

MMIMS – Movimento das Mulheres Indígenas Munduruku e Satéré-Maué – 1996

Oeste de Manaus

Barreirinha (4)

CGTSM – Conselho Geral da Tribo Satéré-Maué – 1987

OPISM – Organização dos Professores Indígenas Satéré-Mawé – ?

OASISM – Organização dos Agentes de Saúde Indígena Satéré-Mawé – 1997
AISMA – Associação Indígena Satéré-Mawé do rio Andirá – 2000

Maués (3)

WOMÚPE – Organização dos Professores Indígenas Satéré-Mawé dos rio Marau e Urupadi – 1998
TOMÚPE – Organização dos Tuxáuas Satéré-Mawé do rio Marau – 2000
MOMÚPE – Organização dos Agentes Indígenas de Saúde Satéré-Mawé do rio Marau – 2000

Sul do Amazonas (6)

Humaitá (5)

OPIPAM – Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas – 1995
APITEM – Associação do Povo Indígena Tenharim Morôgwitá – 1996
APITIPRE – Associação do Povo Indígena Tenharim do Igarapé Preto – 1997
APP MAFUIR – Associação de Pais e Professores do MAFUIR – 1997
OPIT – Organização do Povo Indígena Torá – 1998

Lábrea (1)

OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus – 1995

RONDÔNIA (31)

Vila Extrema (1)

ACIK – Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari – 1997 ?

Porto Velho (5)

CUNPIR – Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte do Mato Grosso e Sul do Amazonas – 1996 (ex-APIRNMG 1991)
AKOT – Associação do Povo Karitiana – 1996
OPICS – Organização do Povo Indígena Cassupá e Salamã – 1997
APP AMONDAWA – Associação de Pais e Professores dos Povos Indígenas Amondawa - 1997
OPIRON – Organização dos Professores Indígenas de Rondônia – 2000

Ariquemes (1)

JUPAU – Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau – 1997

Guajara Mirim (9)

Associação Indígena JIMATO – 1996
Associação Indígena RIO GUAPORÉ – 1996
Associação AWO XO HWARA – 1997
Associação do RIO NEGRO OCAIA – 1997
Associação Indígena TANAJURA – 1997
Associação Indígena SANTO ANDRÉ – 1997
Associação Indígena SAGARANA – 1997
Associação Indígena DUWI – 1997

Associação POROROKA do Povo Indígena Kanoé – 1997 ?

Ji-Paraná (6)

AAPIRB – Associação Agrária do Povo Indígena do Rio Branco – 1991
AAPIIL – Associação Agrária do Povo Indígena Igarapé Lourdes – 1992
APIA – Associação do Povo Indígena Arara – 1995
APIZ – Pangyjej – Associação Indígena do Povo Zoró – 1995
DOATXATÔ – Associação do Povo Indígena Aruá e Makurap – 1997
PANDEREJ – Organização das Associações Indígenas de Ji-Paraná – 1998

Cacoal-Riozinho (5)

METAREILÁ – Organização Metareilá do Povo Indígena Suruí – 1988
PAMARÉ – Organização Pamaré do Povo Cinta – Larga – 1989
COOP'ART – Cooperativa de Artesãos Indígenas de Rondônia – 1997
Associação Nunerimanê do Povo Indígena Apurinã – 1997
Associação PAERENÃ do Povo Indígena Cinta Larga (Tenente Marques) – 1997

Pimenta Bueno (2)

Associação Indígena KEONPURA – 1989
APIK – Associação do Povo Kwasar – 1997

Vilhena (2)

Associação Indígena Nambikwara Sawentenukatisu – 1993
Associação MASSAKÁ dos Povos Indígenas Aikanã, Latundê e Kuazá – 1996

ACRE (22)

Rio Branco (2)

UNI/AC União das Nações Indígenas do Acre – 1991 (ex-NCI 1988)
MEIACSAM – Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas – 1996

Tarauacá (12)

ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kashinawa do Rio Jordão – 1988
AKARIB – Associação dos Kaxinawá do Rio Breu – 1993
OAEYRG – Organização de Agricultores e Extractivistas Yawanawa do Rio Gregório – 1993
OPITARJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá e Rio Jordão – 1996
APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá – 1998
APAMINKTAJ – Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão – 1999
APROKAP – Associação dos Produtores Kaxinawá da Alceia Paroá – 1999
OPITAR – Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá – 1999
ASPCKPC – Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã – 2000
ASPIRH – Associação do Povo Indígena do Humaitá – 2000
Associação José Francisco (Kaxinawá do Caucho) – 2000
ASKERG – Associação Katukina do Sete Estrelas – 2000

Feijó (2)

OPIRE – Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira – 1988
ACOSMO – Associação Comunitária Shanenawá de Morada Nova – 1998

Cruzeiro do Sul (6)

AAPBI – Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga – 1988
APIWTXA – Associação Ashaninka do Rio Amônia – 1993
OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá – 1995
ASIATA – Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara – 1998
AKAC – Associação Katukina do Campinas – 1999
AIN – Associação do Povo Indígena Nukini da República – 1999

RORAIMA (18)

Boa Vista (10)

CIR - Conselho Indígena de Roraima – 1990 (ex-CINTER 1987)
APIR - Associação dos Povos Indígenas de Roraima - 1987
OPIR - Organização dos Professores Indígenas de Roraima – 1990
ARIKOM - Associação Regional Indígena do Rio Kinô, Cotingo e Monte Roraima – 1991
SODIURR - Associação dos Índios Unidos do Norte de Roraima - 1993
TWM – Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental – 1996
ADMIR - Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Indígenas de Roraima – 1997
ARIBAS - Associação Regional Indígenas do baixo São Marcos – 1997 ?
OMIR - Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – 1999
COOPAIR – Cooperativa dos Agricultores Indígenas de Roraima – 2000

Alto Alegre (3)

ACB - Associação Comunitária do Boqueirão – 1997 ?
MCBA - Mutirão Comunitário de Barata e Adjacências - ?
APROMA - Associação dos Produtores Rurais da Maloca da Anta – 1999 ?

Amajari (2)

ARIA - Associação Regional Indígena do Amajari – 1996 ?
Círculo de Pais e Mestres Escola Estadual Apolinário Gimenes (Yekuana) – 1999

Pacaraima (2)

ALID/CIRR – Aliança para a Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas – 1999
Associação Programa São Marcos – 2000

Normandia (1)

ARTID - Associação Regional dos Trabalhadores Indígenas para o Desenvolvimento – 1996 ?

PARÁ (18)

AKA - Associação da Comunidade Kayapó- Aukre S/C LTDA - 18/05/2000

Belém (5)

AITTA – Associação Indígena dos Tembé de Tomé Açu – 1991
AMTAPAMA – Associação dos Povos Tupi do Mato Grosso, Pará, Amapá e Maranhão – 1994
AGITARGMA – Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto rio Guamá – 1996
ZYK – ZANEYWYKAA'A – Associação dos Povos Indígenas do Gurupi – 1999 ?

AIPAT – Associação Indígena do Povo Assurini do Trocará – 1998

Marabá (6)

AIPATAK – Associação Indígena Parakatejê Amjip Tàr Kaxuwa – 1995

APITO – Associação dos Povos Indígenas do Tocantins – 1997

AIPAS – Associação Indígena do Povo Aikewar do Sororó – 1999

AIPMG - Associação Indígena do Povo M'Byá Guarani – 1999

AIPAC – Associação do Povo Anambé do Cairari – 1999

AIPASA – Associação Indígena do Povo Amanayé do Sarawa - 2000

Redenção (1)

PYKATOTI – Pykatoti Associação Kamôkô-re (Kayapó)- 1995

Paraupébas (1)

ABP – Associação Indígena Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté – 1995

Jacareacanga (2)

CIMAT – Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós – 1992

PUSURU – Associação Indígena Pusuru – 1992

Itaituba (1)

PAHYHY'P – Associação Indígena Pahyhy'p (Munduruku)- 1998

Altamira (1)

? ICTB – Instituto de Conservação da Terra do Baú - 2000

AMAPÁ (6)

Macapá (4)

APINA – Conselho das Aldeias Waiãpi – 1994

APITU – Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque – 1995

CCPIAW – Centro de Cultura dos Povos Indígenas Aparaí e Wayana – 1997

APIWA-TA – Associação dos Povos Waiãpi do Triângulo do Amapari – 1999

Oiapoque (2)

APIO – Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque – 1992

AGM – Associação Galiby Marworno – 1999

Anexo IV

Os primeiros nove projetos selecionados pelo PDPI em junho de 2002.

As Mulheres Ticuna Tecem sua História com a Matéria-Prima

Proponente: Associação das Mulheres Indígenas Ticuna Estado: Amazonas

Duração: 18 meses

Financiamento solicitado: R\$ 44.953,00

Melhoria Alimentar, Resgate Cultural e Comercialização de Produtos Yanomami

Proponente: Associação, Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami – Secoya

Estado: Amazonas

Duração: 3 anos

Financiamento solicitado: R\$ 238.410,75

Capacitação das Comunidades para Fiscalização das Terras Indígenas do Acre e Sul do Amazonas

Proponente: União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI

Estado: Amazonas

Duração: 2 anos

Financiamento solicitado: R\$ 50.497,19

Centro Educacional Cultural Tariano

Proponente: Associação Indígena da Língua e Cultura Tarina do Distrito de Iauaretê

Estado: Amazonas

Duração: 2 anos

Financiamento solicitado: R\$ 44.503,00

Projeto Agro-ambiental Suruí-Sororó

Proponente: Associação Indígena do Povo Aikewara do Sororó

Estado: Pará

Duração: 20 meses

Financiamento solicitado: R\$ 159.008,00

Atividades Econômicas Sustentáveis - Povo Kulina

Proponente: Comunidade Kulina do Médio Juruá

Estado: Amazonas

Duração: 3 anos

Financiamento solicitado: R\$ 202.724,70

Atividades Econômicas Sustentáveis - Povo Kanamari

Proponente: Comunidade Kanamari do Rio Juruá

Estado: Amazonas

Duração: 3 anos

Financiamento solicitado: R\$ 191.400,09

Projeto de Piscicultura do Alto Tiquié

Proponente: Associação das Tribos Indígenas do Alto Tiquié

Estado: Amazonas

Duração: 3 anos

Financiamento solicitado: R\$ 226.927,50

Fortalecimento Institucional da Coiab e Acompanhamento do PDPI

Proponente: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Duração: 3 anos